



SISTEMA DE CONCILIAÇÃO DA  
JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO (SISTCON)

## PLANO DE CURSO

### CURSO DE FORMAÇÃO DE CONCILIADORES JUDICIAIS/2023 Etapa Prática

#### 1. Carga horária:

60 horas de estágio supervisionado.

#### 2. Público alvo:

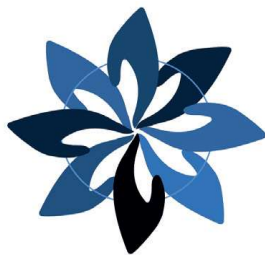
Servidores da Justiça Federal da 1ª Região e público externo que estejam aprovados em etapa teórica de curso de formação de conciliadores ofertado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho da Justiça Federal (CJF) e Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1).

#### 3. Modalidade:

Semipresencial: o estágio supervisionado poderá ser realizado de forma remota, pela plataforma Teams, ou presencialmente nas unidades de conciliação da Justiça Federal da 1ª Região.

#### 4. Das disposições gerais:

- 4.1 A segunda etapa do curso consiste no estágio supervisionado, o qual será promovido pelo Sistema de Conciliação/Tribunal Regional Federal da 1ª Região e realizado nas unidades de conciliação das Seções/Subseções Judiciárias que o integram.
- 4.2 Somente será autorizado a participar da etapa prática o cursista que tiver seu aproveitamento reconhecido na etapa teórica, mediante certificado expedido pela instituição formadora, e que tiver assinado termo de adesão e compromisso de que, após concluído o curso:
  - a) se candidato externo, prestará serviço voluntário em unidade de conciliação da Justiça Federal da 1ª Região por, no mínimo, 16 horas mensais durante um ano, prazo esse a ser computado após a data de sua designação como conciliador; ou



**SISTEMA DE CONCILIAÇÃO DA  
JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO (SISTCON)**

b) se servidor da Justiça Federal da 1ª Região, conduzirá sessões de conciliação por, no mínimo, 16 horas mensais durante um ano, sob a supervisão do Centro de Conciliação Regional da Seção Judiciária **do(a) XXXXX**, prazo esse a ser computado após a data de sua designação como conciliador.

**5. Do Estágio Supervisionado:**

- 5.1 A Etapa Prática do curso deverá ser realizada em até 18 meses após o término da etapa teórica, podendo ser prorrogado, mediante expressa justificativa, a critério da Coordenação do SistCon.
- 5.2 O estágio supervisionado constitui atividade obrigatória e compreende a realização de conciliações completas, em casos reais, no qual o aluno desempenhará as funções de observador, coconciliador e conciliador.
- 5.3 A instrutoria do estágio ficará a cargo de instrutor com cadastro vigente no Cadastro Nacional de Instrutores da Justiça Consensual Brasileira (CIJUC) do ConciliaJud, com supervisão da direção da unidade de conciliação em que realizará as atividades práticas.
- 5.4 O aluno deverá preencher as folhas de frequência e elaborar os relatórios das sessões de conciliação que participar, descrevendo o trabalho realizado e a experiência vivida.
- 5.5 Caberá ao cursista apresentar ao supervisor 10 (dez) relatórios na função de observador e 5 (cinco) nas funções de coconciliador e de conciliador.
  - 5.5.1 Cada relatório elaborado nas funções de coconciliador e de conciliador poderá se referir a sessões de conciliação realizadas em diferentes processos, desde que tratem da mesma temática e que o cursista tenha desempenhado a mesma função.
- 5.6 Caso não realizada alguma sessão, por ausência da parte, o aluno não poderá fazer o respectivo relatório, mas o tempo reservado poderá ser utilizado para orientação e esclarecimento de dúvidas de outros casos. Esse tempo poderá ser aproveitado e contado como horas práticas para sua formação.



**SISTEMA DE CONCILIAÇÃO DA  
JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO (SISTCON)**

**6. Conclusão da Etapa Prática:**

- 6.1 Após o cumprimento das 60 horas, caberá ao instrutor apresentar Avaliação de Desempenho do estágio supervisionado e Avaliação de Aptidão relativos a cada participante por ele acompanhado, que serão submetidos ao Núcleo Central de Conciliação / Tribunal Regional Federal da 1ª Região para homologação e emissão do respectivo certificado, possibilitando o ingresso desses profissionais no quadro de conciliadores da Justiça Federal da 1ª Região e o registro de seus nomes no cadastro nacional de conciliadores do CNJ.
- 6.2 Serão considerados aptos para a função de conciliador os candidatos que tiverem avaliação satisfatória, levando em consideração critérios como: assiduidade, pontualidade, cordialidade, habilidade na comunicação, adequação no registro das atas e aplicação das ferramentas e técnicas básicas da conciliação.

**7. Das disposições finais**

O exercício da função de conciliador, desde que prevista em edital de concurso público de provas e títulos, contará como atividade jurídica e como título, inclusive para a Magistratura Federal, condicionada à observância da carga horária de, no mínimo, 16 horas mensais durante o período de um ano (art. 59, IV, da Resolução CNJ 75/2009).

\*\*\*\*\*